



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2024**

**(Com COTAS de Participação exclusiva para empresas enquadradas como ME, EPP, MEI, conforme Lei complementar n. 123/2006 e alterações)**

O MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E DECRETO MUNICIPAL N.º 1.756/2024, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

<b>ÓRGÃOS INTERESSADOS:</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>
<b>DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:</b>	09H:00M DO DIA 09/12/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:</b>	23H:59M DO DIA 16/12/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:</b>	09H:00M DO DIA 19/12/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:</b>	09H:01M DO DIA 19/12/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	MENOR PREÇO.
<b>IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS</b>	Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.
<b>LOCAL:</b>	<a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>ABERTO</b>
<b>PUBLICAÇÃO</b>	<b>Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Imprensa Oficial do Município e Portal da Transparência do Município e Jornal de grande circulação, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.756/2024</b>

**1. DO OBJETO.**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.0052.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito – 02.020 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO – 04.122.0052.2003 Manutenção das Atividades da Sec. De Administração – 02.030 SEC. DE FINANÇAS – 04.123.00.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças – 02.040 SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DEFESA AGROPECUÁRIA – 20.605.0643.2014 Manutenção das Atividades da secretaria de agricultura – 02.050 SEC. DO GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA – 04.122.0052.2017 Manutenção das atividades da Secretaria de Governo e Art Política – 02.060 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2021 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – 12.361.0407.2023 Manutenção dos Serviços de transporte Escolar – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Fundeb 30%- 15401070 – FUNDEB PRINCIPAL-15411070 – VAAF- 15421070 – VAAT- 15431030 VAAR-15401030- Transferências do Fundeb- Impostos-30%; 15411030 – Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAF-30%; 15421030- Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAT- 30%. – 12.361.0403.2025 MANUT SALÁRIO EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2026 Manut Outras Transferências do FNDE –12.365.0401.2027 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil- 15421030 – Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAT- 30% – 02.070 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – 15.452.0323.2028 Manut. Das Ativ. Da Sec de Desenvolvimento Urbano – 25.751.0506.2029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica – 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.244.0125.2032 Man das Ativ do Conselho Tutelar –08.244.0486.2033 Manut das Atividades da Secretaria de Assistência Social –08.243.0486.2034 Manut Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – 08.241.0486.2035 Manut do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – 02.100 SEC DE TURISMO – 23.695.0052.2036 Manutenção das atividades da secretaria de turismo – 23.695.0363.2037 Manutenção das Atividades Turísticas e de Promoção de Eventos – 02.110 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – 18.451.0504.2038 Manutenção dos Serv de Limpeza Publica – 18.541.0059.2039 Manut. Das Atividades da Secretaria nas Ações e Defesa do Meio Ambiente – 02.120 SEC DE ESPORTE E LAZER – 27.812.0125.2040 Manut das ativSec de Esporte e lazer – 02.130 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – 16.182.0052.2041 Manut das atividades da Secretaria de Habitação e Defesa Civil – 02.140 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 04.121.0051.2042 Manut das ativ da secretaria de Planejamento – 02.160 SUPERINT MUNICIPAL DE TRANSP E TRANSITO – 26.782.0722.2043 Reforma e Municipalizacao do Transito – 02.170 SECRETARIA DOS DIREITOS DA MULHER – 14.422.0125.2045 Manut das ativ da sec dos direitos da mulher – 02.180 SECRETARIA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – 14.422.0125.2046 Man Sec de cidadania e Direitos Humanos – 02.200 SECRETARIA DA JUVENTUDE – 04.128.0021.2047 Manut das atividades da secretaria da juventude – 02.210 SECRETARIA DE IND COM E DESENV ECONOMICO – 23.692.0052.2048 Manut da Sec de Ind Com Desenv. Econômico – 02.220 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.244.0125.2049 Manut do Fundo Municipal de Assistência Social – 08.244.0125.2050 CREAS-Piso Fixo Média Complexidade PAEFI – 08.244.0125.2051 Piso Básico Variável-SCFV – 08.244.0125.2052 IGDBF – Auxilio Brasil – 08.244.0125.2053 IGD SUAS – Índice de Gestão descentralizada do SUAS – 08.244.0125.2054 Manut Outras Transferências do FNAS – 08.243.0125.2055 Manutenção do Programa Criança Feliz – 08.244.0125.2056 Manut Programa de Assist Eventual a População de baixa Renda – 02.230 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS – 18.544.0059.2057 Manutenção das atividades da secretaria de recursos hídricos – 02.240 SECRETARIA DE CULTURA – 13.392.0417.2058 Manutenção das Atividades Culturais do Município – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 10 305 0428 2068 Piso Fixo de Vigilância em Saúde – 10 301 0428 2070 Manut Outras Transferências do FNS – 3390.30.99 Material de Consumo.

## **3. DO CREDENCIAMENTO.**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**3.1.** O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

**3.2.** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br);

**3.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

**3.4.** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NOPREGÃO.**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

**4.2.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 1.756/2024.

**4.3.** Não poderão participar desta licitação os interessados:

**4.3.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**4.3.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**4.3.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

**4.3.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**4.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**4.4.** A pessoa jurídica reunida em consórcio, grupos ou associações de empresas, haja vista que o objeto possui baixa complexidade, cujos valores também não são elevados, conforme Acórdãos TCU nº 1.405/2006, 1.453/2009, - Plenário e nº 1.102/2009.

**4.5.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**4.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**4.5.1.1.** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**4.5.1.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**4.5.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**4.5.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.5.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.5.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

**4.5.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;

**4.5.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.5.8.** Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**4.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

**5.2.** O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

**5.5.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.6.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.**

**6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

**6.1.2.** Marca de cada item ofertado;

**6.1.3.** Fabricante de cada item ofertado;

**6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos ou serviços.

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

**6.6.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (hum centavo) de real**.

**7.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20(vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**7.10.** Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**7.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**7.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**7.15.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

**7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.18.** No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

**7.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.26.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

**7.27.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.28.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**7.28.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.28.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**7.28.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.28.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**7.29.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.29.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.29.2.** empresas brasileiras;

**7.29.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.29.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**7.30.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.30.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**7.30.2.** A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.31.** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

9.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

9.7 A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01 (uma) hora**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

9.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9 Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10 A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11 Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.12 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo



## ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

### 10. DA HABILITAÇÃO E SUA FORMA DE APRESENTAÇÃO

**10.1** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, A PREGOEIRA VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));

10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

10.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

10.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.5 Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.2** Caso atendida as condições prévias de participação e habilitação do licitante, o Pregoeiro solicitará por meio eletrônico (Portal de Compras Públicas), em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro a apresentação **do SICAF nos documentos por ele abrangidos (Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022) e/ou os documentos de habilitação listadas nos itens 10.7 a 10.11 apenas do licitante classificado em primeiro lugar.**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

10.2.1 É dever do licitante manter a documentação de habilitação atualizada para o devido encaminhamento da respectiva documentação quando solicitada pela pregoeira.

10.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**10.3** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **01(uma) hora** sob pena de inabilitação.

**10.4** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.5** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.6** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

10.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

10.7.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**10.8 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

10.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.8.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.8.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.8.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.8.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.8.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**10.9 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

10.9.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.9.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**10.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

10.10.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em especial:

- **Fornecimento de materiais de CONSTRUÇÃO.**

10.10.1.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.10.1.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **10.11 DEMAIS COMPROVAÇÕES**

10.11.1 Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando nos moldes dos **anexos III, IV, V, VII e VIII do presente edital**.

**10.12** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.13** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.14** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**10.15** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.16** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.17** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.18** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



## **ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

### **11 DOS RECURSOS.**

**11.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

**11.2** O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

**11.3** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.4** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### **12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**12.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### **13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

**13.1** Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

### **14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**14.1** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**15.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**15.2** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

**15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

**15.3** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**15.3.3.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**15.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.4.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**15.5.** Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

**15.6.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**15.6.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

**15.7.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.**

**16.1** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas na minuta de contrato, anexo a este Edital.

**17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**17.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

**18.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

**19. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.**

**19.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**20.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
  - d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte cinco) dias;
  - d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 20.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
  - d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 20.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

- d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 20.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.
- d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 20.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.
- d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 20.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 20.2 “a”.
- 20.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 20.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 20.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 20.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 20.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 20.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 20.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 20.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 20.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

20.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2 A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA** no sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

21.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

21.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

**22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.**

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12 A Prefeitura de Mamanguape, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.12.2A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço sítio da Prefeitura Municipal de Mamanguape-PB <https://www.mamanguape.pb.gov.br/licitacoes/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Antenor Navarro, nº10, Centro, MAMANGUAPE – Pb, nos dias úteis no horário de expediente de 08:00 as 12:00 Horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

22.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;**

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;**

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;**

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO;**

Mamanguape/Pb, 22de novembro de2024.

**FAGNER PAULINO CARNEIRO**  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.**

**1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:**

- A EXCEÇÃO DOS ITEM 134 todos os demais itens são **EXCLUSIVOS** a Participação exclusiva para empresas enquadradas como ME, EPP, MEI, conforme Lei complementar n. 123/2006 e alterações

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.
1	ABAFADOR DE RUIDOS TIPO CONCHA, ALTURA DAS CONCHAS REGULÁVEIS, HASTE EM AÇO MOLA INOXIDÁVEL LARGA ACOLCHOADA, ALMOFADAS EXTERNAS E SUBSTITUÍVEIS ALTO DESEMPENHO, COM HASTE EM AÇO, MOLA INOXIDÁVEL.	UND	20
2	ABRAC. U N 1,1/4 INCA	UND	70
3	ABRAC. U N 3 INCA	UND	70
4	ABRAC. U N2 INCA	UND	70
5	ADAP. C/ FLAGE ANEL 60X2	UND	21
6	ADAP. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 25X3/4	UND	28
7	ADAP. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 32X1	UND	28
8	ADAP. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 50X1.1/2	UND	28
9	ADAP. FLANGER LR C/ BORRACHA 40X1/4	UND	28
10	ADAP.SOLD CURTO C/ BOLSA E ROSCA 20X1/2	UND	53
11	ADAPTADOR FRANGE C/ ANEL 25X3/4	UND	28
12	ADESIVO PVC PLASTICO 850G	UND	23
13	ÁGUA RAZ GL embalagem de 900 ml	UND	90
14	ÁGUA RAZ LT. Embalagem de 5 Litros	UND	42
15	ALICATE REBITADOR 9,5 MANUAL PROFISSIONAL	UND	7
16	ALICATE UNDIV. 1000V. N08	UND	9
17	ALICATE UNDIVERSAL 8	UND	18
18	ANCINHO METAL 12 D. C/CABO	UND	46
19	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO	UND	60
20	APLICADOR P/ SILICONE	UND	25
21	ARAME BWG 12 GALV. MORLAN	KG	100
22	ARAME CALV. BWG. 20 MORLAN	KG	100
23	ARAME FARPADO NELORE 500M	UND	35
24	ARAME GALV. BWG 16	KG	100
25	ARAME GALV. BWG 18	KG	100
26	ARAME GALV. BWG. 14	KG	100
27	ARCO DE SERRA	UND	18
28	AREIA FINA	MT	280
29	AREIA GROSSA	MT	280
30	AREME RECOZIDO 18 ROLO 1KG.	KG	175
31	ARGAMASSA AC I 15 KG	UND	600
32	ARGAMASSA ACII 15KG	UND	600
33	ARO DE RODA C/ ROLAMENTOP/ CARRO DE MÃO FERRO	UND	21





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

34	ARO P/ PNEU DE CARRO DE MAO FERRO	UND	38
35	ARRUELA 3/4 ALUMINIO INCA	UND	70
36	ASSENTO SANITARIO, material, plástico, revestimento: almofadado, cor: branco	UM	78
37	BALCÃO MARMORE SINTETICO 1,20MT	UND	15
38	BALCÃO MARMORE SINTETICO 1,50MT	UND	15
39	BALCÃO MARMORE SINTETICO 1,80MT	UND	15
40	BALCAO MARMORE SINTETICO 100CM	UND	15
41	REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE ACONDICIONADO EM BALDE 18 L	UND	23
42	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE BALDE 18 L	UND	20
43	BALDE PRETO METAL 10LT.	UND	70
44	BANDEIJA PLÁSTICA DE PINTURA MEDINDO 23 CM	UND	35
45	BARRA CHATA ACO 1X3.16	MT	45
46	BARRA METALON AC GAL. 20X20 0,80MM 6M C20	UND	60
47	BARRA METALON AC GAL. 50X30 0,95MM 6M C20	UND	60
48	BARRA METALON GALV. 20X30 0,95 MM	UND	60
49	BASCULANTE 50X50 ALUM.	UND	35
50	BASCULANTE 60X50 ALUM.	UND	35
51	BASCULANTE ALUM. 40X40	UND	35
52	BASCULHANTE 30X30	UM	35
53	BOBINA ALUM. 60CM	MT	100
54	BOBINA ALUM. 80CM	MT	100
55	BOBINA ALUMINIO 50CM	MT	100
56	BOIA P/ CX. D'ÁGUA ACOPLADA	UND	55
57	BOMBA D'AGUA SUBMERSA DE 4" E 1/2 CV DE POTÊNCIA	UND	11
58	BOTA DE COURO CANO CURTO, SOLADO DE BORRACHA, SEM CADARSO TAMANHOS VARIADOS	UND	150
59	BRITA 19MM	MT	175
60	BROCA AÇO RAPIDO 1/2	UND	42
61	BROCA P/ CONCRETO ENGATE RÁPIDO	UND	42
62	BROXA ESCOVA Nº 3	UND	75
63	BROXA RETANGULAR 18x8	UND	75
64	BUCHA 3/4 ZAMAR INCA	UND	88
65	BUCHA DE RED. CURTA 25X20	UND	70
66	BUCHA DE RED. CURTA 50X40	UND	70
67	BUCHA DE RED. LONGA 50X25	UND	70
68	BUCHA DURA D 10 BRANCA	UND	1250
69	BUCHA DURA D 12 BRANCA	UND	1250
70	BUCHA DURA D 6 BRANCA	UND	1250
71	BUCHA DURA D 7 BRANCA	UND	1250
72	CABO P/ ANCINHO 1,20MT	UND	63
73	CABO P/ ENXADA 1,5MT	UND	78
74	CABO P/ FOICE 1MT.	UND	18
75	CABO P/ MARTELO 0,3M	UND	18
76	CABO P/ PA Y 0,90MT.	UND	53
77	CABO P/ PICARETA 0,94MT.	UND	28
78	CADEADO LATAO 20MM	UND	50
79	CADEADO LATAO 25MM	UND	50



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

80	CADEADO LATAO 30MM	UND	50
81	CADEADO LATÃO 35MM	UM	50
82	CADEADO LATÃO 40MM	UM	50
83	CADEADO LATAO 45MM	UND	50
84	CADEADO LATÃO 50MM	UM	50
85	CADEADO ZAMAC. HASTER LONGA 30MM	UND	25
86	CADEADO ZAMAC. HASTER LONGA 35MM	UND	25
87	CAIXA D´A C/ TAMPA 5.000 LT	UND	5
88	CAIXA D´ÁGUA C/ TAMPA 500LT EM POLIETILENO	UND	20
89	CAIXA D´ÁGUA C/ TAMPA 1000LT. EM POLIETILENO	UND	30
90	CAIXA D´ÁGUA C/ TAMPA 1500LT EM POLIETILENO	UM	5
91	CAIXA D´ÁGUA C/ TAMPA 2000LT EM POLIETILENO	UM	5
92	CAIXA D´ÁGUA C/ TAMPA 3.000 LT EM POLIETILENO	UND	5
93	CAIXA DE GORDURA C/ TAMPA 250X75 QUAD.	UND	21
94	CAIXA DE GORDURA QUAD. BCA. 250X172X50MM	UND	18
95	CAIXA DESCARGA PLÁSTICA DE PAREDE 6 LITROS	UND	75
96	CAIXA FERRAM. 20X40 C/BANDEJA	PC	11
97	CAIXA LUZ TRIF. ENERGISA POLIC	UND	33
98	CAIXA PLÁSTICA P/ MASSA PEDREIRO 30 LITROS	UND	28
99	CAIXA P\HIDROMETRO TAF PADRÃO CAGEPA	UND	35
100	CAIXA PLASTICA TETO C/ SU 30CM. P/ LAJ	UND	42
101	CAIXA PLASTICA 4X4 AMARELA	UND	105
102	CAIXA SINF. 15 RED 150X150X50	UND	105
103	CAMARA DE AR 3,25X8 P/ CARRO DE MÃO	UND	70
104	CANALETA DE CIMENTO CINTA TIPO U MEDINDO 19X19 X 39 CM	MT	625
105	CANALETA DE CIMENTO RADIER CINTA TIPO U MEDINDO 14 X 19 X 39 CM	MT	625
106	CANTONEIRA M. FRAN. FORTE 35	UND	55
107	CANTONEIRA M. FRANC. LEVE 15	UND	55
108	CANTONEIRA M. FRANC. LEVE 20	UND	55
109	CANTONEIRA M. FRANC. LEVE 25	UND	55
110	CANTONEIRA M. FRANC. FORTE 30	UND	55
111	CANTONEIRA M. FRAN. LEVE 40	UND	55
112	CAP ESGOTO 100MM	UND	75
113	CAP ESGOTO 40MM	UND	85
114	CAP ESGOTO 50MM	UND	85
115	CAP ESGOTO 75MM	UND	85
116	CAP SOLD. 60MM	UND	85
117	CAP SOLD. 20MM	UND	138
118	CAP SOLD. 25MM	UND	120
119	CAP SOLD. 32MM	UND	120
120	CAP SOLD. 40MM	UND	70
121	CAP SOLD. 50MM	UND	70
122	CAPACETE DE PROTEÇÃO especificar o material	UND	78
123	CARRO DE MAO CACAMBA RASA METAL	UND	70
124	CARRO DE MÃO REFOÇADO METAL CAÇAMBA QUADRADA	UND	90
125	CAVADEIRA ARTIC C/CABO 1.20MT	UND	53



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

126	CAVADEIRA RETA NR. 08	UND	53
127	CERAMICA 45X45 TIPO A	M2	500
128	CHAPA GALV. 20 2X10,95MM	UND	38
129	CHAVE FENDA 3/8 X 12	UND	21
130	CHAVE INGLESA 10	UND	11
131	CHAVE INGLESA 12	UND	11
132	CHAVE INGLESA 8	UND	11
133	CHUVEIRO PLASTICO N4 BRANCO	UND	78
134	CIMENTO CP II	SAC	2500
135	COLA BRANCA 1KG.	UND	40
136	COLA BRANCA 500G.	UND	30
137	COLA BRANCA 5KG	UM	30
138	COLA CONTATO 900GM	UND	43
139	COLA DUREPOX NORMAL 50G	UND	28
140	COLAR DE TOMADA 50MMX1.2	UND	18
141	COLAR TOMADA PBA 50MMX3/4	UND	18
142	COLHER P/PEDREIRO 8"	UND	30
143	COLHER DE PEDREIRO 9	UND	30
144	COLHER DE PEDREIRO 10	UND	30
145	COLUNDA 7X17 FERRO 1/4 6MT	UND	125
146	COLUNDA 7X17 FERRO 3/8 6MT.	UND	125
147	COLUNDA 7X17 FERRO 5/16 6MT.	UND	125
148	COMPENSADO 10MMX1.60X2.20M	UND	98
149	CORANTE LIQUIDO 50ML	UND	105
150	CORDA VERDE NUM.6	KG	78
151	CORDA VERDE NUM.10	KG	78
152	CORDA VERDE NUM.08	KG	78
153	CORDA VERDE NUM 12	KG	78
154	CORRENTE ELO LONGO EM ACO 5MM	KG	50
155	CORRENTE ELO LONGO EM ACO 6MM	KG	50
156	CORTADOR DE PISO / PORC. 90CM. IRWIN	UND	10
157	CORTADOR DE PISO SPEED. 75CM. IRWIN	UND	7
158	CURVA 90 ESG. CURTA 50MM	UND	70
159	CURVA 90 ELETRO. ROSCA 3/4 CURTA	UND	175
160	CURVA 90 ELETRODUTO ROSC. 1.1/2 LONGA	UND	175
161	CURVA 90 SOLD. 20MM	UND	120
162	CURVA 90 SOLD. 25MM	UND	120
163	CURVA 90 SOLD. 32MM	UND	120
164	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	UND	120
165	DESEMPENADEIRA PVC 16X28 LISA	UND	53
166	DISCO DE CORTE 07X1/8X7/8 AR 302	UND	53
167	DISCO DESBAST DSD 0770 7X1/8X7/8X50	UND	105
168	DISCO DESBAST DSD 4573 4.1/2X1/4X7/8	UND	105
169	DISCO DIAM. LISO BRANCO REF. PRO.	UND	105
170	DISCO DIAM. SEGMENT. VERDE SEC. PRO	UND	105
171	DOBRADIÇA 2,1/2 PINO C/ 3UND	UND	138
172	DOBRADIÇA 3.1/2 PINO C/ 3UND. ENC.	UND	123



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

173	DOBRADIÇA 3/ PINO C/ 3UND. ENC.	UND	123
174	DOBRADIÇA CANTO ZINCADA 850X2	UND	88
175	DOBRADIÇA CANTO ZINCADA 850X3	UND	88
176	DOBRADIÇA CANTO ZINCADA 850X3,5	UND	88
177	DOBRADIÇA CRUZ ZINCADA 650X2,5	UND	88
178	DOBRADIÇA CRUZ ZINCADA 650X3	UND	88
179	DOBRADIÇA DE CHUMBAR POLIDA 780X4	UND	140
180	DUCHA HIGIENICA EM PVC BRANCA	UND	42
181	MASSA EPOXI PARA REPAROS EMBALAGEM DE 100 G	UND	53
182	ELETRODO DS 13 3,25X350	KG	75
183	ELETRODUTO CORRUG. 1/ AMAR. 25M	MT	750
184	ELETRODUTO CORRUG. 3/4 AMAR.	MT	750
185	ELETRODUTO CORRUG. 5/8 AMARELO	MT	750
186	ELETRODUTO CORRUGADO 1/2 AMARELO	MT	750
187	ENGATE FLEXIVEL 30CM.	UND	120
188	ENGATE FLEXIVEL 50CM	UND	120
189	ENGATE FLEXIVEL 60CM.	UND	120
190	ENGATE PLASTICO 1M	UND	53
191	ENXADA ESTRITA	UM	88
192	ENXADA LARGA	UND	88
193	ESCADA ALUMINIO 7 DEGRAUS	UND	9
194	ESCOVA DE ACO C/CABO 6 FILEIRAS	UND	21
195	ESCOVA DE ACO C/CABO 3 FILEIRAS	UND	21
196	ESPATULA 10 C/ CABO PLASTICO	UND	63
197	ESPATULA 12 C/ CABO PLASTICO	UND	63
198	ESPATULA PLASTICA 8CM	UND	63
199	ESQUADRO MAC. FER. PVC 12 30CM	UND	21
200	ESTILETE 18MM.	UND	42
201	ESTROVENGA LEVE	UND	62
202	FACAO P/ CANA C/ BICO	UND	53
203	FACAO P/ MATO	UND	53
204	FECHADURA INT. ALAV.	UND	100
205	FECHADURA EXT. ALAV	UND	100
206	FECHADURA SOBREPOR P/ PORTÃO	UND	100
207	FECHADURA WC ALAV	UND	100
208	FERROLHO CHATO P/ CADEADO 700X3	UND	123
209	FERROLHO CHATO ZINCADO 450X3	UND	123
210	FERROLHO CHATO ZINCADO 450X4	UND	123
211	FERROLHO CHATO ZINCADO 450X5	UND	123
212	FERROLHO NAVAL IXAD. 520X9CM.	UND	140
213	FERROLHO NAVAL NIQ. 520X12CM	UND	140
214	FERROLHO NAVAL NIQ.520X6CM.	UND	140
215	FERROLHO P/ CADEADO ZINCADO 700X4	UND	138
216	FERROLHO REDONDO ZINCADO 500X3	UND	138
217	FERROLHO REDONDO ZINCADO 500X5	UND	138
218	FITA AUTOFUSAO 19MMX10MT	UND	28
219	FITA CREPE BRANCA 16MMX50MT.	UND	100



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

220	FITA DUPLA FACE 19MMX 1M	UND	35
221	FOICE 120 CM	UND	53
222	FORMAO 1 P	UND	21
223	FORMAO 1/2	UND	21
224	FORMAO 3/4	UND	21
225	FORMÃO 7/8	UND	21
226	FORRA DE MADIERA	UND	50
227	FORRO PVC	MT	750
228	FUNDO PARA GALVANIZADO 1LT	UND	55
229	FUNDO PARA GALVANIZADO 3,6 LT	UND	25
230	GRAMPO GALV. P/ CERCA19X11 1X9	KG	53
231	GRELHA REDONDA INOX 10CM. HIGIBAN	UND	70
232	HASTER DE ATERRAMENTO 3/8X2,00MT.	UND	50
233	HIDRACOR SUPERCAL 10KG	UND	850
234	JANELA 2 FOLHAS 80X80 S/ GRADE ALUMINIO	UND	30
235	JANELA 2 FOLHAS C/ GRADE 80X80 ALUMINIO	UND	30
236	JANELA MADEIRA 80X1,00	UND	30
237	JANELA MADEIRA 80X1,20	UND	30
238	JANELA MADEIRA 80X80	UND	30
239	JANELA MADEIRA80X1,50	UND	30
240	JOELHO 25X3/4 AZUL	UND	123
241	JOELHO 45 ESGOTO 100MM	UND	70
242	JOELHO 45 ESGOTO 150MM	UND	35
243	JOELHO 45 ESGOTO 40MM	UND	53
244	JOELHO 45 ESGOTO 50MM	UND	150
245	JOELHO 45 ESGOTO 75MM	UND	53
246	JOELHO 45 SOLD. 20MM	UND	150
247	JOELHO 45 SOLD. 32MM.	UND	70
248	JOELHO 45 SOLD. 50MM.	UND	70
249	JOELHO 45 SOLD.25MM.	UND	70
250	JOELHO 90 ESG. 40	UND	120
251	JOELHO 90 ESGOTO 100MM	UND	173
252	JOELHO 90 ESGOTO 150MM	UND	28
253	JOELHO 90 ESGOTO 50MM	UND	185
254	JOELHO 90 ESGOTO 75MM	UND	135
255	JOELHO 90 LR 25X1/2	UND	240
256	JOELHO 90 LR. C/ ROSCA 20X1/2	UND	275
257	JOELHO 90 SOLD E ROSCA 25X3.4	UND	173
258	JOELHO 90 SOLD. 50MM	UND	35
259	JOELHO SOLD. 25MM	UND	430
260	JOELHO SOLD. 90 DE 20MM	UND	600
261	JOELHO SOLD. BUCHA LATAO 20X1/2 AZUL	UND	105
262	JOELHO SOLD. BUCHA LATÃO 25X1/2 AZUL	UND	88
263	JUNDCAO 45 ESG. 100X50MM	UND	21
264	JUNDÇÃO 45 ESG. 50MM	UND	28
265	KIT P/ BANHEIRO 05 PC. EM INOX ESCOVADO Com acabamento polido; composto: de 1 porta algodão, 1 saboneteira, 1 porta	UND	20



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

	cotonetes, 1 porta escovas e creme dental, 1 porta sabonete líquido		
266	LACA SELADORA 3,6L	UND	53
267	LAJOTA PARA PISO 50X50CM	MIL	10
268	LANCA CHAMAS SUZAN 01 REGISTRO	UND	6
269	LAPIS CARPINTEIRO	UND	42
270	LAVATORIO C/ COLUMNA LOUÇA BRANCO	UND	60
271	LAVATORIO PEQUENO PLÁSTICO 40 X 27 CM.	UND	50
272	LAVATORIO SUSPENSO LOUÇA BRANCO	UND	63
273	LIMA DE FACA ENXADA N.08	UND	68
274	LIMA P/ ENXADA E FACÕES 8	UND	68
275	LINHA PEDREIRO TRANÇADA C/ 50MTM	UND	46
276	LINHA PEDREIRO TRANÇADA C/ 100MT	UND	35
277	LIXA D'ÁGUA	UND	250
278	LONA PRETA 04MT	MT	325
279	LONA PRETA 06MT	MT	325
280	LONA PRETE 8MT	MT	325
281	LUVA DE RED. SOLDAVEL 25X20	UND	53
282	LUVA DE CORRER 20MM	UND	18
283	LUVA DE CORRER 25MM	UND	21
284	LUVA ELETRO. ROSC. 1	UND	188
285	LUVA ELETRODUTO ROSC. 1.1/2	UND	88
286	LUVA ESGOTO 100MM	UND	188
287	LUVA ESGOTO 150MM	UND	18
288	LUVA ESGOTO 40MM	UND	188
289	LUVA ESGOTO 50MM	UND	188
290	LUVA ESGOTO 75MM	UND	88
291	LUVA LATEX	UND	240
292	LUVA PIGMENTADA	UM	190
293	LUVA PIGMENTADA PRETA	UND	190
294	LUVA PVC C/FORRO PAR 35C	UND	155
295	LUVA SOLD LR. 32/1	UND	123
296	LUVA SOLD. 20MM	UND	175
297	LUVA SOLD. / ROSCA 20X1/2	UND	175
298	LUVA SOLD. 25MM	UND	175
299	LUVA SOLD. 50MM	UND	175
300	MADEIRA SERADA 3X6	MT	210
301	MADEIRA SERADA CAIBRO M3	MT	600
302	MADEIRA SERADA LINHA 3X3	MT	300
303	MADEIRA SERADA LINHA 3X4	MT	300
304	MADEIRA SERRADA RIPAS M3	MT	1250
305	MADEIRITE VERMELHO 9MM	UND	75
306	MADRIL13MM 1/2X20	UND	9
307	MALHA POP 3.4MM 15X15X3X2	UND	98
308	MALHA POP3.4 20X20 3X2	UM	98
309	MANDRIL 10L 3/8X24	UND	9
310	MANG TRANC PT200 CRIST 1/4"	MT	273
311	MANGUEIRA CRISTAL 1/4X1.5	MT	273



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

312	MANGUEIRA DE IRRIG. 1X2,0	MT	465
313	MANGUEIRA P/ IRRIG. 3/4X2,0	MT	465
314	MANGUEIRA TRANCADA PT200 1	UND	260
315	MANGUEIRA TRANCADA PT200 1/2	MT	340
316	MANGUEIRA TRANCADA PT200 3/4	MT	290
317	MANTA ASFALTO	MT	280
318	MARRETA 3KG C/ CABO	UND	13
319	MARRETA 5KG S/ CABO	UND	13
320	MARRETA C/ CABO 1KG	UND	18
321	MARTELO BORRACHA 40MM	UND	14
322	MARTELO UNDHA 27MM	UND	42
323	MASCARA RESP. C/ VALV. AZUL	UND	375
324	MASCARA RESP.PRO.S/VALV. AZUL	UND	375
325	MASSA CALAFETAR 350G	UND	28
326	MASSA ACRILICA 27KG	UND	150
327	MASSA ACRILICA GL 3,6 KG 5,4	UND	88
328	MASSA CORRIDA 27KG	UND	250
329	MASSA CORRIDA GL	UND	188
330	MASSA PLASTICA CZ. 1 KG.	UND	28
331	MASSA RAPIDA CINZA 1/4	UND	18
332	MECANISMO P/ CAIXA ACLOPADA	UND	63
333	METALON GLV 20 X 30 - 1,25 MM N	UND	118
334	METALON GLV 30 X 40 - 1,25 MM I	UND	118
335	MOLA AEREA SOPRANO 302 F2 PRATA ATE 45KG	UND	11
336	MOTOBOMBA '1'HP	UND	10
337	MOTOBOMBA 1/2 HP	UND	15
338	NIPEL AR ROSCAVEL 1/2	UND	70
339	NIVEL AR ROSCAVEL 3/4	UND	70
340	OCULOS DE PROTETOR INCOLOR	UND	138
341	PA BICO C/CABO	UND	140
342	PA QUADRADA	UND	140
343	PALHA DE AÇO 10X20 USE BEM	UND	123
344	PARAFUSO P/ VASO SANITARIO	UND	150
345	PE DE CABRA ACO LISO 3.4 0.50CM.	UND	25
346	PEDRA RACHÃO	M3	91
347	PENEIRA P/ AREIA ARO 55 PVC COMEP	UND	21
348	PERFIL PVC COLONIAL	MT	625
349	PERFIL PVC EM F. P. FORRO	MT	625
350	PIA 1,60MX INOX	UND	14
351	PIA 1,00MT INOX	UND	14
352	PIA 1,20M INOX	UND	14
353	PIA 1,40MX0,52CM CONC. LISA	UND	14
354	PIA 1,50M PRATA CLASSINOX	UND	14
355	PIA 1.80 INOX	UND	14
356	PIA 2,00 C/ 2 CUBA INOX	UND	14
357	PICARETA ESTREITA PONTA E PA C/CABO	UND	48
358	PICHE 900ML	UND	123





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

359	PISO CERAMICO 33X57	MT	750
360	PISO CERAMICO 46X46	M2	750
361	PISO PORCELANATO 51X51	MT	400
362	PLUG AR 1/2	UND	88
363	PNEUS P/ CARRO DE MÃO 3,25	UND	63
364	PNEUS P/ CARRO DE MÃO 3,50	UND	53
365	PONTEIRO 10	UND	28
366	PORTA ALUM. 0,80X2,10 COM BASCULANTE L. ESQUERDA	UND	10
367	PORTA ALUM. 0,80X2,10 COM GRADE L. DIREITO	UND	10
368	PORTA ALUM. VENEZ. 0,80X2,10 COM GRADE ESQUERDA	UND	10
369	PORTA CADEADO 4.5 GALV.	UND	103
370	PORTA CADEADO 5.5 GALV.	UND	103
371	PORTA CADEADO ZINCADO 300X2,5	UND	103
372	PORTA CADEADO ZINCADO 300X3,5	UND	103
373	PORTA ESPECIAL ALUMI. C/ GRADE 1,00	UND	8
374	PORTA ESPECIAL ALUMI. C/ GRADE 1,10	UND	8
375	PORTA ESPECIAL ALUMI. C/ GRADE 1,40	UND	5
376	PORTA LISA S. OCA 80X2,10X	UND	90
377	PORTA LISA S. OCA 90X2,10	UND	60
378	PORTA LISA S.OCA 70X2,10X	UND	60
379	PORTA LISA S.OCA 0,60X2,10	UND	60
380	PORTA MADEIRA MISTA 60X2,10	UM	35
381	PORTA MADEIRA MISTA 70X2,10	UM	35
382	PORTA MADEIRA MISTA 80X2,10	UND	40
383	PORTA MADEIRA MISTA 90X2,10	UND	30
384	PORTA MADRITA MISTA 1,00X2,10	UND	33
385	PORTA SANF. 0,60X2,10 M	UND	33
386	PORTA SANF. 0.72X2.10M	UND	33
387	PORTA SANF. 0.84X2.10M	UND	33
388	PREGO 08X07 (5/8X18)	KG	98
389	PREGO 13X18 1.1/2X15	KG	98
390	PREGO 18X27 (2,1/2X10)	UND	98
391	PREGO P/ TELHAS 18X30 ASA TIGRE	UND	78
392	PRUMO PEDREIRO 500 GR	UND	11
393	PULVERIZADOR AGRICOLA 16L COSTAL DE ALTA PRESSÃO, CÂMARA DE LATÃO	UND	13
394	PULVERIZADOR AGRICOLA 5L LATERAL SPRAY COM CÂMARA DE LATÃO	UND	13
395	REBITE ALUM. 2,4X8 208	UND	1250
396	REBITE ALUM. 3,2X8,0	UND	1250
397	REBITE ALUM. 4,0X10 410	UND	1250
398	REBITE ALUM. 4,0X12 412	UND	1250
399	REBITE ALUM. 4,8X12 512	UND	1250
400	RED. EXCENTRICA 100X75MM	UND	78
401	RED. EXCENTRICA ESGOTO 100X50MM	UND	78
402	REDUÇÃO ESGOTO 100X50MM	UND	137
403	REDUÇÃO ESGOTO 100X75MM	UND	35
404	REDUÇÃO EXCENTRICA ESGOTO 150X100	UND	21
405	REG ESF SOLD 60MM DURIN	UND	41



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

406	REG ESF SOLD. 40MM. DURIN	UND	150
407	REG ESF SOLD. 50MM DURIN	UND	58
408	REG. ESF. SOLD 20MM	UM	78
409	REG. ESF. SOLD 25MM	UM	78
410	REG. ESF. SOLD 32MM	UM	78
411	REG.PRESSÃO 1416 C31 1/2	UND	48
412	REG.PRESSÃO 1416 C40 1/2	UND	48
413	REG.PRESSÃO 3/4 METAL	UND	40
414	ROÇADEIRA TIPO FOICE DUAS CARAS, EM AÇO RESISTENTE A IMPACTOS, PINTURA EM VERNIZ SINTÉTICO INCOLOR, CABO DE MADEIRA ENCERADO COM DIÂMETRO DE 38 MM	UND	88
415	ROLDANA P/ POÇO 10CM.	UND	33
416	ROLDANA P/ POÇO 8CM.	UND	33
417	ROLDANA P/POÇO 12CM.	UND	33
418	ROLDANA P/POÇO 14CM.	UND	33
419	ROLDANA P/POÇO 16CM.	UND	33
420	ROLO DE LÃ ECONOMICO 23CM	UND	105
421	ROLO ESPUMA CINZA 09CM.	UND	84
422	ROLO ESPUMA CINZA 15CM.	UND	42
423	ROLO ESPUMA CINZA 23CM.	UND	63
424	ROLO LA CARNEIROMISTA 23CM.	UND	53
425	SEPARADOR DE PISO 2MM C/100	UND	35
426	SEPARADOR DE PISO 3MM C/100	UND	35
427	SEPARADOR DE PISO 01MM C/100	PT	35
428	SERROTE DE PODA RETO	PC	18
429	SERROTE DIAMANTE 22 7 DENTES	UND	18
430	SIFAO DUPLO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL DE PLÁSTICO BRANCO	UND	58
431	SIFAO SIMPLES TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL DE PLÁSTICO BRANCO	UND	105
432	SILICONE ACETICO TRANSPARENTE 280ML	UND	28
433	SINFÃO TRIPLO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL DE PLÁSTICO BRANCO	UND	45
434	TABUA MISTA 15CM	MT	238
435	TABUA MISTA 20CM	MT	423
436	TABUA MISTA 30CM	MT	440
437	TALHADEIRA 08	UND	28
438	TALHADEIRA 10	UND	28
439	TALHADEIRA 12	UND	28
440	TANQUE DUPLO MARM. SINT. 1,20X50 CM	UND	18
441	TANQUE DUPLO MARM. SINT. 110 CM	UND	18
442	TANQUE DUPLO MARMORE SINT. 100 CM.	UND	18
443	TANQUE TRIPLO MARMORE SINT. 140 CM.	UND	28
444	TARGETA ZINCADA 1. 1/2	UND	188
445	TARRAXA ROSCA 3/4	UND	6
446	TARRAXA ROSCA 1 PL	UND	6
447	TE ESGOTO 100MM	UND	98
448	TE ESGOTO 40MM	UND	88
449	TE ESGOTO 50MM	UND	138
450	TE LR 25X1/2 AZUL	UND	70



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

451	TE LR 25X3/4 AZUL	UND	70
452	TE ROSCAVEL 1/2	UND	140
453	TE SOLD 20X1/2	UND	290
454	TE SOLD 25X1/2	UND	290
455	TE SOLD 50MM	UND	53
456	TE SOLD. 25MM.	UND	275
457	TE SOLD. 25X3/4	UND	105
458	TE SOLD. 32MM	UND	175
459	TE SOLD. DE 20MM	UND	175
460	TELA GALIN. LEVE 1X1,00 PRETA	MT	460
461	TELA VIVEIRO PLASTICO 1,50X50M	MT	475
462	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADO 6MM 2,13X1,10	UND	338
463	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADO 2,44X0,50 4MM	UND	600
464	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADO 5.MM 2,13X1,10M	UND	350
465	TELHA COLONIAL CERÂMICO	MIL	33
466	TESOURA DE PODA	UND	11
467	TESOURA P/ GRAMA 10	UND	11
468	THINNER GL	UND	88
469	THINNER LT.	UND	188
470	TIJOLO 19X19 DE 06 FUROS CERÂMICO	MIL	48
471	TINTA ESMALTE LT	UND	188
472	TINTA ESMELTE 3,6 LT	UND	138
473	TINTA LATEX EXTERNA BALDE 18LT	UND	165
474	TINTA LATEX EXTERNA GL	UND	145
475	TINTA LATEX 3,6 INTERNA	UM	155
476	TINTA LATEX INTERNA 18LT	UM	175
477	TORNEIRA BOIA P/ CX. DAGUA	UND	48
478	TORNEIRA METAL COZ. PAREDE	UND	35
479	TORNEIRA METAL DE PIA BICA MOVEL	PC	35
480	TORNEIRA P/ JARDIM C/ BICO 1/2 PLÁSTICO	UND	53
481	TORNEIRA P/ PIA PLASTICO 18CM	UND	38
482	TORNEIRA P/ PIA PLASTICO12CM	UND	38
483	TORNEIRA P/ TANQUE 10CM.	UND	42
484	TORNEIRA P/ TANQUE 15CM.	UND	42
485	TORNEIRA PLASTICO P/ LAV. 1/2	UND	42
486	TORQUES P/ CARPINTEIRO 10	UND	16
487	TORQUES P/ CARPINTEIRO 12	UND	16
488	TRELICA ESPACADOR 8L LEVE C/06MT	UND	198
489	TRENA 3MT	UND	21
490	TRENA 5MT	UND	21
491	TRENA DE 5MT	UND	21
492	TRENA DE 7,5MT	UND	21
493	TRENA FECHADA FIBRA VIDRO 30MT	UND	9
494	TRENA FECHADA FIBRA VIDRO 50MT	UND	65
495	TRINCHA 3/4	UND	65
496	TRINCHA 1	UND	65
497	TRINCHA 1.1/2	UND	65



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

498	TRINCHA 1/2	UND	65
499	TRINCHA 2	UND	65
500	TRINCHA 2. 1/2	UND	65
501	TRINCHA 3	UND	65
502	TRINCHA 3,1/2	UND	65
503	TRINCHA 4	UND	65
504	TUBO P/CAIXA DE DESC. C/CURVA	UND	53
505	TUBO ELETRODUTO ROSC. 1 C/3MT	UND	258
506	TUBO ELETRODUTO ROSC. 3/4 C/ 3M.	UND	308
507	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1.1.4 C/ 3M	UND	140
508	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1.1/2PL C/ 3M	UND	123
509	TUBO ELETRODUTO ROSCA 2 PLC/3MT	UND	123
510	TUBO ESGOTO 75MM	UND	100
511	TUBO ESGOTO 100MM	UM	175
512	TUBO ESGOTO 150MM	UM	35
513	TUBO ESGOTO 200MM	UND	25
514	TUBO ESGOTO 40MM	UM	200
515	TUBO ESGOTO 50MM	UND	200
516	TUBO GALV QUADR. 20 X 20 0,90 CH.20 (UND:6)	UND	138
517	TUBO GALV QUADR. 50 X 50 1,20 CH.18 (UND:2)	KG	138
518	TUBO GALV RED. 2 X 1.25 CH.18 50,80 (UND:3)	KG	120
519	TUBO IND LQ 1.1/4 2,00MM 6MT	UND	75
520	TUBO P/ ÁGUA 60MM	UND	50
521	TUBO P/ ÁGUA 25MM.	UND	300
522	TUBO P/ ÁGUA 20MM	UND	350
523	TUBO P/ ÁGUA 32MM	UND	125
524	TUBO P/ ÁGUA 40MM	UND	125
525	TUBO P/ ÁGUA 50MM	UND	125
526	UNDIÃO SOLD. 40MM	UND	275
527	UNDIÃO SOLDEVEL 50MM	UND	42
528	VADAPREN BRANCO BALDE. 18LT	UND	13
529	VALVULA DE REDENÇÃO 1PL	UND	32
530	VARÃO DE FERRO 1/2	UND	145
531	VARÃO DE FERRO 1/4	UND	375
532	VARÃO DE FERRO 3/8	UND	300
533	VARÃO DE FERRO 4.2	UND	400
534	VARÃO DE FERRO 5/16	UND	300
535	VARÃO DE FERRO 6,0	UND	300
536	VASO ACLOPADO	UND	50
537	VASO CONVENCIONAL	UND	50
538	VASSOURA GRAMA MET. 18D C/CABO	UND	32
539	VASSOURAO GARI 37CM	UND	150
540	VASSOURÃO PIAÇAVA GARI 40CM	UM	150
541	VEDA CALHA 285G.	UND	46
542	VEDA ROSCA 12MM X 5M	UND	123
543	VEDA ROSCA 12MMX,10MT	UND	123
544	TINTA PARA PINTURA IMPERMEÁVEL PLÁSTICA PRETO BALDE 18 LT	UND	13



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

545	VERNIZ 0,9 L	UND	78
546	VERNIZ EXTRA RAP 3,6 L	UND	88
547	XADREZ 250 GR	UND	120
548	ZINCO 1MT	KG	200
549	ZINCO 0,60 CM	KG	200
550	ZINCO 0,70 CM	KG	200
551	ZINCO 0,80 CM	KG	200
552	ZINCO 0,50 CM	KG	200

**1.2.** Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.756/24, constam dos autos do processo administrativo nº 2024.11.072.

**1.3.** O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

**1.4.** O prazo de vigência do contrato é até o término do exercício financeiro, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na forma do art. 105 e prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO.**

2.1 Justificamos a aquisição dos materiais para suprir as necessidades constantes de manutenção da higiene e limpeza das dependências das Secretarias Municipais, setores, departamentos escolares, unidades de Saúde e demais finalidades, afim de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins dos Prédios Públicos Municipais

2.2 Deste modo, a presente aquisição é de suma importância, para atender as necessidades das atividades diárias, garantindo melhores condições de trabalho de todos que atuam nas dependências dessa Unidade gestora, haja vista que os itens elencados, são produtos para conservação, e manutenção de CONSTRUÇÃO dos ambientes de trabalho e áreas comuns.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A solução do problema como um todo, é aquele definido no Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. Com vistas disso, foram realizadas consultas eletrônicas em outros Entes Públicos, nos quais foram encontradas diversas contratações idênticas.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Dos critérios de sustentabilidade**

4.1.1 O fornecimento deverá pautar-se no emprego da sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

4.1.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição e menor impacto ambiental, se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA como:



## **ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**4.1.3 Embalagem sustentável:** Os Produtos deverão ser embalados de forma sustentável, preferencialmente utilizando materiais reciclados ou biodegradáveis e minimizando o uso de plástico e outros materiais não renováveis.

**4.1.4 Praticar Política de responsabilidade social corporativa:** Considere a política de responsabilidade social corporativa do fabricante ou fornecedor, incluindo seu compromisso com questões como direitos humanos, trabalho justo e práticas ambientais responsáveis.

### **4.2. Entrega**

4.2.1 O prazo de entrega dos produtos é de até 05 (cinco) dias, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria requisitante.

4.2.2 A entrega dos produtos será realizada no seguinte endereço: Rua Senador Cunha de Vasconcelos, n.º 332, Bairro Campo, CEP 58.280-000. Mamanguape-PB, no horário de expediente normal de 08:00 as 12:00 Horas.

### **4.3. Da Exigência de Amostras**

4.3.1 Na presente contratação não haverá exigência de amostras.

### **4.4 Subcontratação**

4.4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.5 Da Garantia da Contratação**

4.5.1 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do art. 96 caput da Lei nº 14.133, de 2021.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e Decreto Municipal n.º 1.744/24.

## **6. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.**

### **Recebimento**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

- 6.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 6.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 6.8.1. o prazo de validade;
- 6.8.2. a data da emissão;
- 6.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.8.5. o valor a pagar; e
- 6.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

6.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

6.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = \*\*\*, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = ***$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**Forma de pagamento**

6.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

6.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

7.2. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

7.3 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro são as usuais para a generalidade dos objetos nos limites estabelecidos nos arts., 66, 68 e 69 e serão definidas no edital nos termos do art. 65 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



## **ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

7.4 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Fornecimento de materiais de CONSTRUÇÃO.;

7.4.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.4.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.**

8.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

8.2 A divulgação pública do orçamento estimado pode prejudicar a competitividade entre os licitantes. Se o valor previsto for divulgado antecipadamente, as empresas concorrentes podem ajustá-lo com base nessa informação, o que pode reduzir a margem de concorrência e limitar a apresentação de propostas mais vantajosas. O sigilo do orçamento estimado pode evitar práticas de "cartelização", em que os licitantes combinam seus preços para evitar a competição real, o que prejudica a licitação e eleva os custos para a Administração Pública. Sem a divulgação do orçamento, os licitantes são incentivados a apresentar propostas baseadas em suas capacidades reais de produção, logística e oferta de bens, em vez de se limitarem a um valor pré-determinado. Isso favorece a participação de empresas que podem oferecer propostas mais qualificadas, melhorando a qualidade do que é adquirido pela Administração.

8.3 A divulgação do orçamento pode resultar ainda em propostas que, embora inicialmente possam parecer vantajosas por "estar abaixo do preço estimado", se esse valor estimado por alguma razão for inflacionado acima do preço real de mercado, pode gerar um gasto excessivo para a prefeitura, prejudicando a eficiência e economicidade do certame licitatório, uma vez que a prefeitura pagará mais do que o necessário por bens ou serviços.

8.4 Em suma, a adoção do orçamento sigiloso em licitações deve ser encarada como uma ferramenta para fortalecer a integridade do processo licitatório, garantir que a Administração Pública obtenha os melhores resultados em termos de custo-benefício e prevenir práticas antiéticas ou lesivas aos interesses públicos.

### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

9.1. São obrigações do Contratante:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

- 9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, na proposta comercial e no termo de contrato;
- 9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 9.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.10. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias** a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**.
- 9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

- 10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



## **ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

- 10.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.13. Sempre que solicitado pela Administração o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

11.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**12.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.0052.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito – 02.020 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO – 04.122.0052.2003 Manutenção das Atividades da Sec. De Administração – 02.030 SEC. DE FINANÇAS – 04.123.00.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças – 02.040 SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DEFESA AGROPECUÁRIA – 20.605.0643.2014 Manutenção das Atividades da secretaria de agricultura – 02.050 SEC. DO GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA – 04.122.0052.2017 Manutenção das atividades da Secretaria de Governo e Art Política – 02.060 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2021 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – 12.361.0407.2023 Manutenção dos Serviços de transporte Escolar – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Fundeb 30%- 15401070 – FUNDEB PRINCIPAL-15411070 – VAAF- 15421070 – VAAT- 15431030 VAAR-15401030- Transferências do Fundeb- Impostos-30%; 15411030 –



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAF-30%; 15421030- Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAT- 30%. – 12.361.0403.2025 MANUT SALÁRIO EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2026 Manut Outras Transferências do FNDE –12.365.0401.2027 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil- 15421030 – Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAT- 30% – 02.070 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – 15.452.0323.2028 Manut. Das Ativ. Da Sec de Desenvolvimento Urbano – 25.751.0506.2029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública – 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.244.0125.2032 Man das Ativ do Conselho Tutelar –08.244.0486.2033 Manut das Atividades da Secretaria de Assistência Social –08.243.0486.2034 Manut Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – 08.241.0486.2035 Manut do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – 02.100 SEC DE TURISMO – 23.695.0052.2036 Manutenção das atividades da secretaria de turismo – 23.695.0363.2037 Manutenção das Atividades Turísticas e de Promoção de Eventos – 02.110 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – 18.451.0504.2038 Manutenção dos Serv de Limpeza Pública – 18.541.0059.2039 Manut. Das Atividades da Secretaria nas Ações e Defesa do Meio Ambiente – 02.120 SEC DE ESPORTE E LAZER – 27.812.0125.2040 Manut das ativSec de Esporte e lazer – 02.130 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – 16.182.0052.2041 Manut das atividades da Secretaria de Habitação e Defesa Civil – 02.140 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 04.121.0051.2042 Manut das ativ da secretaria de Planejamento – 02.160 SUPERINT MUNICIPAL DE TRANSP E TRANSITO – 26.782.0722.2043 Reforma e Municipalizacao do Transito – 02.170 SECRETARIA DOS DIREITOS DA MULHER – 14.422.0125.2045 Manut das ativ da sec dos direitos da mulher – 02.180 SECRETARIA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – 14.422.0125.2046 Man Sec de cidadania e Direitos Humanos – 02.200 SECRETARIA DA JUVENTUDE – 04.128.0021.2047 Manut das atividades da secretaria da juventude – 02.210 SECRETARIA DE IND COM E DESENV ECONOMICO – 23.692.0052.2048 Manut da Sec de Ind Com Desenv. Econômico – 02.220 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.244.0125.2049 Manut do Fundo Municipal de Assistência Social – 08.244.0125.2050 CREAS-Piso Fixo Média Complexidade PAEFI – 08.2440.125.2051 Piso Básico Variável- SCFV – 08.244.0125.2052 IGDBF – Auxilio Brasil – 08.244.0125.2053 IGD SUAS – Índice de Gestão descentralizada do SUAS – 08.244.0125.2054 Manut Outras Transferências do FNAS – 08.243.0125.2055 Manutenção do Programa Criança Feliz – 08.244.0125.2056 Manut Programa de Assist Eventual a População de baixa Renda – 02.230 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS – 18.544.0059.2057 Manutenção das atividades da secretaria de recursos hídricos – 02.240 SECRETARIA DE CULTURA – 13.392.0417.2058 Manutenção das Atividades Culturais do Município – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 10 305 0428 2068 Piso Fixo de Vigilância em Saúde – 10 301 0428 2070 Manut Outras Transferências do FNS – 3390.30.99 Material de Consumo.

Mamanguape, 22 de novembro de 2024

---

**FAGNER PAULINO CARNEIRO**  
**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2024 ÀS ----H----MIN (----) HORAS.  
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>NOME DE FANTASIA:</b>						
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>						
<b>CNPJ:</b>						
<b>INSC. EST.:</b>						
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b>						
<b>ENDEREÇO:</b>						
<b>BAIRRO:</b>			<b>CIDADE:</b>			
<b>CEP:</b>			<b>E-MAIL:</b>			
<b>TELEFONE:</b>			<b>FAX:</b>			
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>			<b>TELEFONE:</b>			
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>			<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>			
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>						
<b>ITENS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>QUANT.</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
1.						
<b>TOTAL POR EXTENSO:</b>						

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS PRODUTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

**OBS.** SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE  
INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE  
À PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO.

\_\_\_\_\_, PORTADOR DO RG \_\_\_\_\_, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

\_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

....., INSCRITO NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU  
REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A) ....., PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº  
..... E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº  
14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU  
INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ( )<sup>1</sup>.

.....  
(DATA)

.....  
(REPRESENTANTE LEGAL)

<sup>1</sup> Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO V –DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

**A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**

**B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**

**C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;**

**E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E**

**F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.**

....., .... DE ..... DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL



**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.)], ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

**OBSERVAÇÕES:**

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR  
(NO CASO DE ME E EPP)  
CPF: XXX.XXX.XXX-XX  
CRC: \_\_\_\_\_



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**  
À PREGOEIRA / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA ....., INSCRITA NO CNPJ Nº ....., POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº ....., DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

\_\_\_\_\_ EM, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO VIII –DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.11.072**

A .....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À  
....., DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS  
OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO **DE MAMANGUAPE**–  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

....., ..... DE ..... DE 2024.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/20\_\_**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAIBA, E A EMPRESA: \_\_\_\_\_, TENDO POR OBJETIVO: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE** com Sede na Rua do Imperador, s/n, CEP.: 58.280.000, Centro – MAMANGUAPE-PB, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.898.124/0001-48, ora representado pelo Senhora Prefeita Municipal a Senhora Maria Eunice do Nascimento Pessoa, portador da Cédula de Identidade – RG \*\*\*\*\* e do CPF n.º \*\*\*\*\*, residente e domiciliado na \*\*\*\*\*, cidade: \*\*\*\*\*/PB., e de outro lado, como CONTRATADO, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa: \*\*\*\*\*, com sede na \*\*\*\*\*, CEP:\*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ sob o n.º \*\*\*\*\*, representado neste ato por: \*\*\*\*\* Portador(a) do CPF nº: \*\*\*\*\* e RG nº : \*\*\*\*\*, tendo em vista o que consta no Processo nº 2024.11.072 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal Nº1.756/2024, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 027/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

<b>EMPRESA:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>ENDEREÇO:</b>
<b>REPRESENTANTE:</b>
<b>E-MAIL:</b>
<b>TEL.: ( )</b>

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>VALOR TOTAL:</b>					



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.**

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.0052.2002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito – 02.020 SEC. DE ADMINISTRAÇÃO – 04.122.0052.2003 Manutenção das Atividades da Sec. De Administração – 02.030 SEC. DE FINANÇAS – 04.123.00.2008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças – 02.040 SEC. DE AGRICULTURA ABASTECIMENTO E DEFESA AGROPECUÁRIA – 20.605.0643.2014 Manutenção das Atividades da secretaria de agricultura – 02.050 SEC. DO GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA – 04.122.0052.2017 Manutenção das atividades da Secretaria de Governo e Art Política – 02.060 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2021 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental – 12.361.0407.2023 Manutenção dos Serviços de transporte Escolar – 12.361.0403.2024 Manutenção das Atividades do Fundeb 30%- 15401070 – FUNDEB PRINCIPAL-15411070 – VAAF- 15421070 – VAAT- 15431030 VAAR-15401030- Transferências do Fundeb- Impostos-30%; 15411030 – Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAF-30%; 15421030- Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAT- 30%. – 12.361.0403.2025 MANUT SALÁRIO EDUCAÇÃO – 12.361.0403.2026 Manut Outras Transferências do FNDE –12.365.0401.2027 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil- 15421030 – Transferências do FUNDEB- Complementação da União – VAAT- 30% – 02.070 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – 15.452.0323.2028 Manut. Das Ativ. Da Sec de Desenvolvimento Urbano – 25.751.0506.2029 Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica – 02.090 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.244.0125.2032 Man das Ativ do Conselho Tutelar –08.244.0486.2033 Manut das Atividades da Secretaria de Assistência Social –08.243.0486.2034 Manut Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente – 08.241.0486.2035 Manut do Fundo Municipal da Pessoa Idosa – 02.100 SEC DE TURISMO – 23.695.0052.2036 Manutenção das atividades da secretaria de turismo – 23.695.0363.2037 Manutenção das Atividades Turísticas e de Promoção de Eventos – 02.110 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – 18.451.0504.2038 Manutenção dos Serv de Limpeza Publica – 18.541.0059.2039 Manut. Das Atividades da Secretaria nas Ações e Defesa do Meio Ambiente – 02.120 SEC DE ESPORTE E LAZER – 27.812.0125.2040 Manut das ativSec de Esporte e lazer – 02.130 SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DEFESA CIVIL – 16.182.0052.2041 Manut das atividades da Secretaria de Habitação e Defesa Civil – 02.140 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – 04.121.0051.2042 Manut das ativ da secretaria de Planejamento – 02.160 SUPERINT MUNICIPAL DE TRANSP E TRANSITO – 26.782.0722.2043 Reforma e Municipalizacao do Transito – 02.170 SECRETARIA DOS DIREITOS DA MULHER – 14.422.0125.2045 Manut das ativ da sec dos direitos da mulher – 02.180 SECRETARIA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – 14.422.0125.2046 Man Sec de cidadania e Direitos Humanos – 02.200 SECRETARIA DA JUVENTUDE – 04.128.0021.2047 Manut das atividades da secretaria da juventude – 02.210 SECRETARIA DE IND





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

COM E DESENV ECONOMICOM – 23.692.0052.2048 Manut da Sec de Ind Com Desenv. Econômico – 02.220 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.244.0125.2049 Manut do Fundo Municipal de Assistência Social – 08.244.0125.2050 CREAS-Piso Fixo Média Complexidade PAEFI – 08.244.0125.2051 Piso Básico Variável-SCFV – 08.244.0125.2052 IGDBF – Auxílio Brasil – 08.244.0125.2053 IGD SUAS – Índice de Gestão descentralizada do SUAS – 08.244.0125.2054 Manut Outras Transferências do FNAS – 08.243.0125.2055 Manutenção do Programa Criança Feliz – 08.244.0125.2056 Manut Programa de Assist Eventual a População de baixa Renda – 02.230 SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS – 18.544.0059.2057 Manutenção das atividades da secretaria de recursos hídricos – 02.240 SECRETARIA DE CULTURA – 13.392.0417.2058 Manutenção das Atividades Culturais do Município – 03.220 Fundo Municipal de Saúde – 10 301 0428 2061 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – 10 305 0428 2068 Piso Fixo de Vigilância em Saúde – 10 301 0428 2070 Manut Outras Transferências do FNS – 3390.30.99 Material de Consumo.

**5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.**

**Recebimento**

- 5.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02(dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 5.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 5.8.1. o prazo de validade;
  - 5.8.2. a data da emissão;
  - 5.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 5.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
  - 5.8.5. o valor a pagar; e



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

5.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

5.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = \*\*\*, assim apurado:

$I = (TX) \cdot I = \left( \frac{6}{100} \right) \cdot I = ***$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

#### **Forma de pagamento**

5.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

5.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6. CLÁUSULA SEXTA—DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO.**

6.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.

6.1.1 Ultrapassado o prazo constante no subitem anterior, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.1.8. Eventuais repactuações e reequilíbrio do contrato, observarão o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

8.1 O prazo de entrega dos produtos é de até 05 (cinco) dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria requisitante.

8.2 A entrega dos produtos será realizada no seguinte endereço: Rua Senador Cunha de Vasconcelos, nº 332, Bairro Campo, CEP 58.280-000. Mamanguape-PB, no horário de expediente normal de 08:00 as 12:00 Horas.

**9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e Decreto Municipal n.º 1744/2023.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.**

**10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

10.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, na proposta comercial e no termo de contrato;

10.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.1.6.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.7.Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9.A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

10.1.11.Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.12.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

10.2.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3.Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.13. Sempre que solicitado pela Administração o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte cinco) dias;

d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.

d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.

d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.

d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 11.2 “a”.

11.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

12.1 O fornecimento deverá pautar-se no emprego da sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

12.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição e menor impacto ambiental, se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA como:

12.3 Embalagem sustentável: Os Produtos preferencialmente deverão ser embalados de forma sustentável, preferencialmente utilizando materiais reciclados ou biodegradáveis e minimizando o uso de plástico e outros materiais não renováveis.

12.4 Praticar Política de responsabilidade social corporativa: Considere a política de responsabilidade social corporativa do fabricante ou fornecedor, incluindo seu compromisso com questões como direitos humanos, trabalho justo e práticas ambientais responsáveis.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.**

13.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

13.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.**

14.1 É VEDADO À CONTRATADA:

14.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS CASOS OMISSOS.**

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.**

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.**

18.1 É eleito o Foro da Comarca de Mamanguape para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ..... DE ..... DE 2024.

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA